TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO: TC- 03.486/11

Administração direta municipal. Prefeitura Municipal de Patos. Concurso Público. Necessidade de medidas corretivas. Assinação de prazo para providências.

Descumprimento. Aplicação de multa e assinação de novo prazo.

Recebimento da documentação e encaminhamento à Auditoria para análise.

RESOLUÇÃO RC2 – TC -00120/16

RELATÓRIO

1. Cuidam os presentes autos do exame da **legalidade** dos **atos de admissão** decorrentes de **concurso público** promovido pela **Prefeitura Municipal de Patos**, homologado em **07/12/10**.
2. Esta **2ª Câmara**, na sessão de **18/03/14**, por meio do **Acórdão AC2 TC 01033/14**, decidiu:
 - 2.01.** Declarar o descumprimento da Resolução **RC2 TC 00135/13**;
 - 2.02.** Aplicar multa no valor de **R\$ 2.000,00** (mil e quinhentos reais) à Sra. Francisca Gomes Araújo Mota, Prefeita Municipal de Patos, em virtude do descumprimento de decisão desta Corte, com fundamento no **art. 56, IV da LOTCEPB**;
 - 2.03.** Assinar novo prazo de **60** (sessenta) **dias** à atual Prefeita Municipal de Patos para a adoção das medidas necessárias à correção das seguintes falhas indicadas pela Auditoria às fls. 8691/8693, de tudo dando ciência a esta Corte, sob pena de nova multa e outras cominações legais:
 - 2.03.1.** Não comprovação da desistência dos classificados em 2º, 5º e 9º lugares (fls.8549), em relação às nomeações apontadas nos itens 3.3.1 e 3.3.2 do relatório inicial (fls.8496);
 - 2.03.2.** O número de vagas ofertadas pelo edital superior ao previsto legalmente para o cargo de Coveiro;
 - 2.03.3.** Ausência de comprovação da desistência de candidatos os cargos de Auxiliar de Saúde Bucal – ESF (10º ao 35º lugar), Dentista Classe I – ESF (2º, 5º, 9º, 11º ao 15º, 19º, 24º, 27º, 28º, 35º, 36º, 38º a 40º, 42º, 43º e 45º lugares), Farmacêutico/Bioquímico – Laboratório (11º lugar) e Técnico Administrativo – Saúde (11º ao 20º lugar).
3. Esta **2ª Câmara**, na sessão de **16/02/16**, apreciou novamente o processo e decidiu, por meio do **Acórdão AC2 TC 00364/16**:
 - 3.01.** Declarar o descumprimento do Acórdão **AC2 TC 1033/14**;
 - 3.02.** Aplicar multa no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) à Sra. Francisca Gomes Araújo Mota, Prefeita Municipal de Patos, em virtude do descumprimento de decisão desta Corte, com fundamento no **art. 56, IV da LOTCEPB**;
 - 3.03.** Assinar novo prazo de **30** (trinta) **dias** à atual Prefeita Municipal de Patos para a adoção das medidas necessárias ao atendimento das disposições contidas no Acórdão **AC2 TC 1033/14**, inclusive com a remessa das decisões judiciais que, segundo a gestora, motivaram as nomeações fora da ordem de classificação, de tudo dando ciência a esta Corte, sob pena de nova multa e outras cominações legais.
4. A **Unidade Técnica** analisou os **documentos** trazidos pela autoridade responsável e **concluiu** pelo **não cumprimento integral** do **Acórdão AC2 TC 364/16** em razão da:
 - 4.01.** Persistência da irregularidade relativa à oferta de vagas para o cargo de coveiro em número superior às vagas legalmente previstas;
 - 4.02.** Ausência de comprovação da desistência de candidatos aos demais cargos relacionados a seguir:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Item	Cargo	Classificação
01	Agente de Combate a Endemias	8° ao 16°
02	Auxiliar de Saúde Bucal – ESF	40° ao 43°
03	Dentista Classe I – ESF	47°, 48°, 50° ao 68° e 70° ao 73°
04	Enfermeiro Classe I – ESF	42° ao 56°
05	Enfermeiro Classe II	6° ao 17° e 20° ao 25°
06	Engenheiro Civil	3°
07	Farmacêutico/Bioquímico – Lab.	16°
08	Fisioterapeuta	3° ao 6° e 8° ao 18°
09	Inspetor Sanitário – Veterinário	3° ao 5°
10	Motorista Classe II	14° ao 31°
11	Operador de Máquina	2° ao 5°
12	Professor Fundamental II – Artes	3°
13	Professor Fundamental II – Ciências	7°
14	Psicólogo Clínico	2° e 3°
15	Recepcionista – ESF	40° ao 44° e 46° ao 50°
16	Técnico de Enfermagem Classe II	6° ao 33° e 35°

5. O **MPjTC**, em **Parecer** de fls. 1082/1085, da lavra do Procurador Marcílio Toscano da Franca Filho, opinou pela:
- 5.01.** Descumprimento do Acórdão AC2 – TC -00364/16 com aplicação de multa ao gestor responsável;
 - 5.02.** Assinação de novo prazo ao gestor responsável para que adote as medidas determinadas no Acórdão AC2 – TC -00364/16;
 - 5.03.** Baixa de Resolução assinando prazo para que o Sra. Francisca Gomes de Araújo Motta, regularize a situação em epígrafe, atendendo às conclusões do relatório da Auditoria de fls. 1.076/1.080, sob pena de aplicação de multa e demais cominações legais.
6. Foram **ordenadas as intimações de estilo**. É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Compulsando o **TRAMITA**, em **19/07/2016**, foi anexado **documento Nº 39.709/16**, da Prefeitura Municipal de Patos, referente à desistência/nomeação de candidatos. O atendimento, mesmo **extemporâneo**, às determinações contidas no **Acórdão AC2 TC 00364/16**, impõe o **recebimento da documentação**. Pelo exposto, o **Relator vota** pelo encaminhamento da documentação à **Auditoria** para análise.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-03.486/11, RESOLVEM os MEMBROS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em receber e encaminhar a documentação de Nº 39.709/16 à Auditoria para análise.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

*Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da 2ª Câmara do TCE-PB – Mini Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa.
João Pessoa, 02 de agosto de 2016.*

Conselheiro Arnóbio Alves Viana - Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro Nominando Diniz - Relator

Conselheiro André Carlo Torres Pontes

Representante do Ministério Público junto ao Tribunal

Em 2 de Agosto de 2016

Cons. Arnóbio Alves Viana
PRESIDENTE

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
RELATOR

Cons. André Carlo Torres Pontes
CONSELHEIRO

Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO